



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011.
(Do Sr. Filipe Pereira)**

Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano para o esclarecimento e a superação dos problemas denunciados pelo Jornal Correio Braziliense, sobre o Programa de Habitação de Interesse Social – PSH e o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., em conformidade com os arts. 24, VII, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com os arts. 50 e 58, § 2º, V, da Constituição Brasileira a realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Defesa do Consumidor, de Desenvolvimento Urbano e de Fiscalização Financeira e Controle.

O objetivo desta audiência é ouvir as respectivas autoridades responsáveis no âmbito do Ministério das Cidades e Ministério da Fazenda com vistas ao esclarecimento e a superação dos problemas denunciados pelo Jornal Correio Braziliense, sobre o Programa de Habitação de Interesse Social – PSH e o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, além do enquadramento penal de empresários corruptos.



JUSTIFICAÇÃO

Conforme matéria jornalística divulgada pelo Correio Braziliense, do dia 20 de fevereiro próximo passado, os recursos do Tesouro e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS estão sendo mal empregados e os bens imóveis produzidos têm qualidade duvidosa, causando prejuízos aos compradores e aos programas sociais do governo.

Segundo um técnico em habitação ouvido pelo jornal, há descompromisso com o dinheiro público e verifica-se que os órgãos do governo ficam esperando por denúncias de desvios para depois agir, quando o correto seria uma ação preventiva, fazendo o acompanhamento e a avaliação da obra para depois liberar o dinheiro e não o contrário como tem acontecido na execução do PSH.

Já o programa PMCMV, segundo o jornal, entrega imóveis com infiltrações, vazamentos, e estrutura deficiente. Mesmo em moradias prontas para ser entregues, as paredes estão rachadas e há risco de desabamento.

O jornal também denuncia empresários que constroem imóveis distantes dos centros urbanos sem nenhum tipo de infraestrutura, e que na entrada das obras, placas informam que o empreendimento está enquadrado no programa oficial, apesar de não haver nenhum contrato com a Caixa ou outra instituição credenciada.

Diante disso, conto com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação deste requerimento que resultará na realização de Audiência Pública conjunta objetivando esclarecer e buscar soluções para o assunto em questão.

Sala da Comissão, 16 de março de 2011.

Deputado Filipe Pereira
PSC/RJ